

---

# Com Toffoli, a vaca foi para o telhado

---

- O Estado de S. Paulo. / 13 Sep 2023
- **Roberto DaMatta** - É Antropólogo, Escritor e Autor de 'Carnavais, Malandros e Heróis'

Quando o tio de um amigo foi eleito rei do país, ele foi – como reza a boa norma do nepotismo brasileiro – à sua casa parabenizá-lo. No centro da sala, o sobrinho, para espanto do meu amigo, disse aquilo que muitos pensavam, mas não ousavam mencionar: “Titio se arrumou”.

Dentro de um silêncio gritante, meu amigo cogitou: todo mundo deve estar pensando a mesma coisa, uma possível “arrumação” pessoal. Um cargo com privilégios para “o resto da vida”, o que sociologicamente corresponde a virar aristocrata. É quando se passa a pertencer ao tal “estamento” de Raymundo

Faoro. A casta sustentada por um sistema político formalista, que governa para si mesma, mas, paradoxalmente, é eleita pelo “povo”.

Mas isso foi no século passado, quando as “vacas iam para o brejo”. Hoje – por causa da impossibilidade legal (e irracional) de construir barreiras –, elas estão nos telhados. Navegam em Dias Toffoli, pesando sobre nossas cabeças. Crânios que não têm escola para entender como um magistrado supremo ousa afrontar o mais chulo senso comum, apagando a história do maior esquema de corrupção-arrumação jamais revelado no Brasil.

Se há uma patologia que persiste a ponto de estruturar o espaço público nacional, essa é a corrupção. Armação, como lembra o ministro, cujo ponto de partida é sempre um laço velado de amizade, compadrio ou parentesco.

São essas as relações pessoais com quem ocupa hoje o cargo de presidente que motivaram os absurdos do despacho. Um pedido de perdão a Lula, cujo exagero apenas mostra a enorme força dos elos pessoais no Brasil. É, pois, com a coragem que sustenta as relações pessoais que o ministro tenta recuperar o afastamento do amigo, revelando até onde pode chegar o peso das amizades no Brasil. Esses laços sem os quais – e

Lula sabe bem disso – não se governa e não se dorme em paz.

Tenho analisado o peso e a força desses laços de “conhecimento”, “intimidade” e “consideração” que operam como equações de uma sócio-lógica a ser a ser ponderada. Não custa lembrar delas:

Tenho coragem indômita para tudo, menos para negar o pedido de um amigo. Aos amigos tudo, aos inimigos, a lei – corolário; se um amigo usa a lei contra mim, me tratando igualmente, vira inimigo. Inimigo de amigo é inimigo. O consagrado samba de Beth Carvalho reitera esse “teorema da amizade”, quando reclama muito justamente das reciprocidades contidas nos laços e “conhecimentos” brasileiros. Entre “amigos de fé”, há a obrigação de “dar de volta”. É o dever do pagamento e do troco exigido pela “ética de condescendência” dos elos pessoais. Como adverte o samba: “Você pagou com traição / A quem sempre lhe deu a mão...”.

Deus ajude a dar um “jeitinho”, como diria minha colega Lívia Barbosa, nessa pantagruélica e inexecuível maçada Toffoli. Testemunho vivo das onipotências monocráticas do STF.

---

# A 'natureza humana' de Toffoli

---

- O Estado de S. Paulo / 11 Sep 2023
- **Felipe Moura Brasil** E-mail: felipe.brasil@estadao.com SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) TER. Eliane Cantanhêde QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) QUI. William Waack SEX. Eliane Cantanhêde DOM. Eliane Cantanhêde e J.

“Afiml vocês fecharam com o amigo do amigo de meu pai?” A frase foi escrita por Marcelo Odebrecht em e-mail enviado em 13 de julho de 2007 a Adriano Maia e Irineu Meireles.

Em 3 de abril de 2019, quando o empreiteiro era “colaborador da Justiça”, seus advogados apresentaram à PF um arquivo para “esclarecimento, com o detalhamento possível, dos assuntos lícitos e ilícitos tratados” nos e-mails, “assim como identificação de eventuais codinomes”.

“‘Amigo do amigo de meu pai’ se refere a José Antonio Dias Toffoli”, explicaram, citando o hoje ministro do STF e então advogado-geral da União no segundo mandato de Lula, o “amigo do meu pai”, Emílio Odebrecht.

A mensagem “refere-se a tratativas que Adriano Maia tinha com a AGU sobre temas envolvendo as hidrelétricas do Rio Madeira”. A Odebrecht, interessada em vencer a licitação para construção e operação da usina de Santo Antônio, buscava estreitar relações com Toffoli, amigo de Lula. O consórcio integrado pela empreiteira venceu a disputa cinco meses após aquele email.

Em depoimento, Marcelo Odebrecht confirmou a relação com o AGU indicado ao STF por Lula em 2009: “Existia, sim, essa relação. A gente tentou a aproximação. Uma das razões que eu sempre dizia para o Adriano manter esse contato é porque eu achava que era uma pessoa que tinha um potencial, que seria importante de ter ele como um aliado futuro, como a gente tinha no Congresso. A gente não tinha, na verdade, muitos aliados ministros que a gente conhecesse. É sempre bom: se você tiver um ministro que foi ‘eleito’ e que você conhece ele há 20 anos, você vai tranquilo.”

Marcelo explicou que, antes da sabatina no Senado, indicados costumavam procurar empresários para virar voto de senadores: “E, nesse caso, eu mesmo perguntei a Adriano: ‘Ó, você não quer checar com Toffoli se ele quer isso?’ E, pelo retorno, ele pediu pra falar com um.”

O empreiteiro também disse que a Odebrecht apoiou a candidatura do irmão de Toffoli, José Ticiano, à prefeitura de Marília (SP). E resumiu o que esperava do ministro: “Você cria a expectativa de que, se você ajudou o cara de alguma maneira, lá na frente ele recebe você, ele vai te escutar, cria uma boa vontade. Isso é da natureza humana.”

A decisão de Toffoli de anular as provas da delação da Odebrecht, ignorando laudo da PF que atestou a integridade dos dados e sindicância da PGR que isentou a Lava Jato, mostram a boa vontade do ministro com Lula e a empreiteira.

Agora vai todo mundo tranquilo e fechado de novo.

Ao ignorar laudo e sindicância, ministro cumpriu a expectativa de Marcelo Odebrecht.

---

# O dever do STF de respeitar o cidadão

---

Com revisionismo histórico da prisão de Lula, Dias Toffoli lança as piores suspeitas sobre o Supremo, como se fosse órgão instável, parcial e submisso aos ventos políticos do momento

- O Estado de S. Paulo / 10 Sep 2023

Com sua decisão, Dias Toffoli lança as piores suspeitas sobre o Supremo.

Diz-se, com inteira razão, que todos os cidadãos têm de respeitar o Judiciário e cumprir suas decisões. O funcionamento livre da Justiça é aspecto essencial do Estado Democrático de Direito. Mas infelizmente, algumas vezes, parece que o Judiciário se esforça para não ser respeitado, para não ser levado a sério, para ser visto como um órgão político, submisso às circunstâncias do poder do momento.

Na quarta-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli aproveitou o ensejo de um despacho – no qual anulou todos os atos da Justiça tomados a partir do acordo de leniência firmado pela Odebrecht – para fazer um revisionismo histórico. Segundo ele, a prisão do presidente Lula foi um dos “maiores erros judiciais da história do País”; “uma armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado”; “uma verdadeira conspiração com o objetivo de colocar um inocente como tendo cometido crimes jamais por ele praticados”; “o verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia e às instituições”.

De fato, a Justiça, depois de um longo vai e vem, entendeu que o princípio da presunção da inocência impede o início da execução da pena antes do trânsito em julgado. De fato, a Justiça, depois de longos anos, entendeu que a 13.<sup>a</sup> Vara Criminal Federal de Curitiba não era competente para julgar os casos envolvendo Lula, anulando as condenações correlatas.

Mas nada disso obnubila a obviedade mais cristalina. De uma forma ou de outra, com mais ou menos intensidade, o STF participou de todos esses atos, tanto os que conduziram Lula à prisão como aqueles que o tiraram de lá. E igualmente se pode dizer dos atos que retiraram a elegibilidade de Lula e dos que a devolveram. Se, como disse Toffoli, os processos contra Lula foram “uma verdadeira conspiração com o objetivo de colocar um inocente como tendo cometido crimes jamais por ele praticados”, o STF participou integralmente dessa conspiração.

Não há nenhum problema em que a Justiça corrija seus erros. Na verdade, é seu dever primário. Mas que o faça em tempo razoável e, principalmente, de forma honesta, sem politizar os assuntos. No entanto, quando Dias Toffoli profere uma decisão como a de quarta-feira, produz-se uma grave inversão. As revisões da Justiça, que deveriam servir para fortalecer a confiança no Poder Judiciário – explicitando que não há compromisso com o erro –, perdem seu caráter pedagógico, gerando a impressão contrária. Para a população, parecem confirmar-se seus piores temores: uma Justiça parcial e instável, preocupada em estar alinhada com os ventos da política.

O habeas corpus de Lula foi impetrado no Supremo em 2018. Se eram tão graves e evidentes os elementos indicando a parcialidade do juiz, por que houve tanta demora em seu julgamento? No caso da decisão pela incompetência do foro, o Judiciário tardou sete anos. Toda essa história é longa e tem muitos aspectos. Mas os fatos não podem ser negados. Por causa dessa flagrante incompetência da Justiça – no sentido corriqueiro do termo: a incapacidade de aplicar o Direito em tempo razoável e de forma estável –, os casos contra Lula prescreveram, os indícios de corrupção

reunidos perderam sua serventia processual e o mérito dos processos nunca foi julgado por um magistrado competente e imparcial, como deveria ter ocorrido.

As palavras de Dias Toffoli devem servir, por contraste, de alerta a todo o Judiciário; em especial, ao STF. Respeitem o cidadão e sua memória. A Justiça tem de ser funcional. Ninguém deseja – não é isso o que prevê o Estado Democrático de Direito – um Judiciário voluntarista, instável, histórico ou politizado.

Fala-se que o STF, por ser o órgão de maior hierarquia do Judiciário, tem o direito de errar por último. A afirmação é um tanto cínica, a desprestigiar o próprio Supremo. Na verdade, nenhum órgão estatal tem o direito de errar. De toda forma, tenha ou não esse direito, é mais que hora de reconhecer que o STF tem abusado da possibilidade de errar.

---

## O supremo oportunismo

---

- O Estado de S. Paul / 25 Sep 2023
- Felipe Moura Brasil E-mail: felipe.brasil@estadao.com Colunista do 'Estadão' e Analista de Assuntos Políticos

O tribunal vem atropelando o Congresso para impor a agenda da esquerda lulista – descriminalização do aborto e do porte de maconha, volta do imposto sindical, rejeição do marco temporal, afrouxamento da lei das estatais –, assim como atropela a Justiça Federal para julgar réus sem foro privilegiado no caso do 8/1 e para blindar o juiz Eduardo Appio, o “LUL22”, mesmo após sua tentativa de intimidar um desembargador do TRF-4 com telefonema para o filho dele, fingindo ser outra pessoa.

É o método supremo de afetar repúdio ao golpismo bolsonarista, enquanto se golpeia por dentro o regime democrático, que pressupõe a separação e a independência entre os Poderes. Curiosamente, ministros do STF que vêm votando conforme os interesses da esquerda lulista, sobretudo na vingança contra a Lava Jato e na anulação de acordos de leniência e provas de suborno, também vêm disputando indicações de seus aliados, pelo governo, para TSE, STJ, PGR e outros cargos. Tudo em nome da “democracia”, claro.

Até petistas andam irritados com tantas demandas. Lula, que já deixou de lado duas mulheres para emplacar um par de aliados de Alexandre de

Moraes na Corte Eleitoral, vai atender Gilmar Mendes na sucessão de Augusto Aras, indicando Paulo Gonet?

Dias Toffoli, codinome “amigo do amigo do meu pai”, tampouco tem cerimônia em varrer a sujeira da ex-Odebrecht para baixo do tapete, enquanto busca reconquistar a boa vontade do “amigo” Lula, após ter impedido sua ida ao velório do irmão quando estava preso. Neste caso, para além do fim da mágoa, fica outra dúvida: se Ricardo Lewandowski pode fazer fortuna como parecerista da J&F de Joesley Batista, mesmo tendo suspenso processo da empresa quando era ministro do Supremo, Toffoli também poderá, caso seja convidado, virar parecerista de empreiteira quando se aposentar do cargo?

As questões éticas envolvendo o STF demandam debate aberto e franco, mas o rabopreso de senadores e a complacência de emissoras de TV abrem caminho para a onipotência e o oportunismo, ilustrados na decisão que liberou os ministros a julgarem casos de clientes dos escritórios de seus parentes e cônjuges.

Para completar, o CNJ abriu investigação sobre Sergio Moro por ter devolvido dinheiro roubado a Petrobras, enquanto o realizador do “Gilmarpalloza” determinou que a Polícia Federal devolvesse os bens apreendidos com os aliados do palestrante do evento, Arthur Lira.

No Brasil, só as vítimas não têm vez. Os ministros responsáveis pela ‘articulação política’ do governo Lula são do STF

---

## Roubalheira e vergonha

---

- O Estado de S. Paulo / 7 Sep 2023
- William Waack JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

Injustiça histórica é um termo relativo, empregado por quem quer o domínio da narrativa. Raramente tem a ver com fatos. Ao empregar essa expressão para anular a Lava Jato, o STF está se dedicando ao embate político.

Não chega a ser surpresa. O STF é hoje uma instância política, que toma decisões políticas, calculando o efeito e consequências políticas. Portanto, passível de ser visto por um ou pelo outro lado do embate de forças políticas como o supremo emanador de injustiças. Sabe-se lá qual será o domínio da narrativa no futuro.

A questão de credibilidade da instituição se torna especialmente aguda quando suas decisões surgem para enorme parte da sociedade como tentativa de apagar fatos graves e incontestáveis: a imensa roubalheira revelada pela Lava Jato. Sob o comando do partido que hoje está de volta ao poder.

É possível debater do ponto de vista “técnico-jurídico” quantas regras foram infringidas pelos que se dedicaram a combater os crimes de corrupção. A alegada “injustiça histórica” pelo STF, porém, supõe que tudo não passou de uma articulação de forças políticas contrárias às que voltaram a governar o País.

O grau de desvio de dinheiro público e de uso de estatais como a Petrobras para enriquecer agentes públicos e sustentar um projeto de poder político reforçou um enorme sentimento de indignação em vastos setores da sociedade brasileira. Mas não é ele que necessariamente colou na política a pecha de “jogo sujo”.

O fenômeno social e político associado à campanha anticorrupção não é o único e talvez nem sequer o fator mais importante para entender como uma vertente de extrema direita se consolida na figura de dirigentes políticos boçais e deságua nas cenas deprimentes do 8 de Janeiro. O grande caldo de cultura subjacente é o de uma sociedade desordeira, sem grande apego a valores de comunidade, carente de lideranças abrangentes e profundamente desconfiada dos sistemas político e de governo.

No fundo, o que revela a decisão do STF ao reparar a “injustiça histórica” é uma sucessão acabrunhante de fracassos de quem cometeu crimes para combater crimes, dos órgãos de supervisão e controle (como o próprio Supremo e seus ziguezagues), das forças políticas que prometem mudanças enquanto mantêm e prosperam no ambiente de mais do mesmo, não importa como se intitulem.

Há quem enxergue na reparação da tal injustiça histórica um país sendo resgatado para o futuro. Na verdade, parece preso a mazelas políticas, econômicas e sociais de sempre. Fica uma espécie de sentimento de vergonha de se constatar que não há mais vergonha. •

O STF reitera uma narrativa política, mas não consegue apagar os fatos.

---

# Supremo versus Supremo

---

Ao rejeitar a tese do marco temporal, a Corte julgou contra a Constituição e a própria jurisprudência, gerando insegurança jurídica para todos os cidadãos, inclusive os indígenas

- O Estado de S. Paulo / 23 Sep 2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Trata-se de um enorme retrocesso, tanto do ponto de vista institucional – pois é mais um sinal de que a Corte por vezes se deixa inebriar pelas paixões políticas – como prático. O futuro vai mostrar quão extenso será o dano causado por uma decisão que, ao que parece, foi pautada pela pressão de setores da sociedade civil, não pela letra da Constituição que os ministros do STF têm como dever fundamental resguardar.

Até quinta-feira passada, quando o julgamento iniciado em 2021 foi concluído, prevalecia o entendimento segundo o qual os povos indígenas só poderiam reivindicar a demarcação das terras que ocupavam no dia 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a Constituição. A fixação desse marco temporal em 2009, quando o STF se debruçou sobre o caso da reserva Raposa Serra do Sol, nada tinha de aberrante ou inconstitucional, como apregoam seus opositores. Anômalo seria o contrário, isto é, tornar a demarcação de terras indígenas objeto de disputas intermináveis no País. Pois foi exatamente o que o Supremo fez.

O que mudou no Brasil nos últimos 14 anos, no que concerne à questão indígena, para que o STF derrubasse uma decisão tomada pela própria Corte há tão pouco tempo, em termos de jurisprudência? Nada, a não ser a nova composição da Corte e o aumento da pressão de setores da sociedade pela revisão da tese do marco temporal. Tanto uma coisa como outra, porém, não deveriam ter influência nas decisões da mais alta instância do Poder Judiciário. É prerrogativa do STF exercer um papel contramajoritário justamente para fazer valer a supremacia da Constituição e, assim, trazer segurança jurídica ao País, sem a qual não há paz social.

A decisão de 2009, fixando a tese do marco temporal, respeitava a intenção dos constituintes originários quando escreveram o art. 231 da Constituição, que diz: “São reconhecidos aos índios (...) os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Como este jornal enfatizou em junho passado, o texto constitucional é cristalino: os indígenas não têm direitos sobre terras que, eventualmente, venham a ocupar, mas sim sobre as terras que “tradicionalmente ocupam”. Não é nada sutil a diferença entre uma coisa e outra (ver A legitimidade do marco temporal, 11/6/2023).

A validade do marco temporal era a posição do STF até pouquíssimos dias atrás, coadunada com o que determina a Constituição. A Lei Maior não ignorou a necessidade de proteger os cidadãos indígenas. Ao contrário, definiu muito bem os seus direitos e fixou os limites para que possam exercê-los, assim como os de todo e qualquer cidadão brasileiro. Mas, a pretexto de resguardar os direitos dos indígenas, o STF caminhou na direção oposta, vale dizer, reduziu-os à condição de objetos de disputas políticas e jurídicas que, ao que tudo indica, não terão fim.

Está no Senado um projeto de lei já aprovado pela Câmara dos Deputados que fixa o marco temporal como base para os processos de demarcação de terras indígenas. Por óbvio, um projeto de lei não se sobrepõe à Constituição, mas nada

impede que o Congresso, cuja competência para legislar não é abalada pela jurisprudência do STF, dedique-se a analisar uma emenda à Constituição que fixe expressamente a data de 5 de outubro de 1988 como marco para a reivindicação de direitos sobre terras pelos indígenas.

Outra questão que decerto fará com que o debate sobre o marco temporal ainda se prolongue no tempo é a possível indenização dos indivíduos que ocuparam de boa-fé os territórios considerados áreas de demarcação. A indenização por eventuais benfeitorias já é prevista em lei, mas o ministro Alexandre de Moraes propôs que aqueles proprietários também devem ser indenizados pela ocupação da chamada “terra nua”.

Ou seja, o STF até pode ter mirado na pacificação dos conflitos de terra, mas acertou em cheio na confusão.

---

## Valores

---

- O Estado de S. Paul / 11 Sep 2023
- Denis Lerrer Rosenfield Professor de Filosofia na Ufrgs

Lula e Bolsonaro, os principais contendores dos últimos anos, nada apresentaram de propostas ou de valores em seus respectivos pleitos, salvo os lugares-comuns que lhes possibilitassem um capital eleitoral. Ao serem eleitos, abriu-se um vácuo sobre o que iriam fazer, preenchido por atitudes políticas de Bolsonaro cada vez mais à direita, enquanto Lula se aferrou a propostas desgastadas e fracassadas do seu segundo governo e nos de sua sucessora. Na verdade, o Brasil tem se enfrentado com um vazio de ideias, porém se pode igualmente dizer que a sociedade tem trilhado seu caminho na defesa de valores, alguns de corte conservador e liberal. As propostas propriamente de esquerda estão mais confinadas aos núcleos de militantes, às universidades e a setores da imprensa e dos meios de comunicação.

Lula venceu a eleição com um número exíguo de votos, nada que lhe deveria ter permitido dizer que foi eleito por ideias por ele defendidas e reconhecidas pela opinião pública. A sociedade brasileira reagiu a Bolsonaro dizendo sim a Lula, embora não compartilhe dos valores esquerdistas que agora apresenta. Alguns,

talvez, tenham apostado no Lula responsável e moderado de seu primeiro mandato. Um Lula liberal na economia, graças a Antônio Palocci e Henrique Meirelles e às suas respectivas equipes. Nada, todavia, que autorize a sua deriva irresponsável do ponto de vista fiscal, focando sobretudo no aumento da arrecadação, e seus arroubos antiocidentais e anti economia de mercado. Mostra apenas contradições e falta de propostas. Na área do mercado financeiro, termina às vezes aplaudido, em razão das tênues afirmações de seu ministro da Fazenda de que deve haver controle de gastos, mesmo que esses gastos estejam aumentando continuamente.

Política se coaduna com cautela nas ações. Toda exacerbação cobra um preço elevado, podendo colocar todo um projeto de poder a perigo. Na medida em que Lula e seu predecessor não tinham nada a dizer do ponto de vista de valores e ideias, salvo generalidades, deveriam ter ambos o senso da medida na condução dos assuntos públicos. Se foram eleitos pelo voto do não, impunha-se uma extrema prudência em suas ações e propostas. Lula, por seu lado, tem se caracterizado por arroubos retóricos inverossímeis. Vale, aqui, destacar suas declarações a propósito do Brics e de sua ampliação. Seus floreios antiamericanos e antiocidentais expõem sua marca, ganhando

com isso somente o apoio dos seus radicais no público interno e, no externo, dos Estados autocratas e fundamentalistas.

À parte a Índia, que não segue esse tipo de orientação política, a China adota cada vez mais uma atitude antiocidental e, inclusive, de pretensões imperialistas ao redesenhar o seu mapa de fronteiras com a Índia, por exemplo. Nada muito distinto do que a Rússia fez com a Ucrânia até a sua invasão desse país, afirmando a ideia de uma “Grande Nação Russa”, de valores próprios, que não mais reconheceria as fronteiras políticas existentes. O Irã, novo membro, submetido a sanções ocidentais por seu agressivo projeto militar nuclear, compraz-se a repudiar os valores ocidentais, em geral, e nos costumes, em particular, reprimindo mulheres, homossexuais e outros credos. É o símbolo mesmo da intolerância. Frise-se: tais companhias não guardam nenhuma relação com a sociedade brasileira, de corte nitidamente ocidental.

Os valores da sociedade brasileira são ocidentais, universais, baseados na tolerância religiosa e dos costumes, na defesa das minorias, no antirracismo, no direito das mulheres e assim por diante. O inglês é quase uma segunda língua. Não há a ideia de uma nação brasileira cujos valores e princípios seriam antiocidentais, salvo na retórica esquerdista, também de tipo ocidental, de uma luta contra o imperialismo americano. Palavra nenhuma é dita a respeito dos imperialismos russo, chinês e iraniano no Oriente Médio.

Mais especificamente, a sociedade brasileira está voltada para os valores cristãos, algo que se expressa pelo aumento substancial das igrejas evangélicas no País, sem que isso se traduza pela intolerância religiosa. A narrativa lulista e petista encontra-se em franca dissonância com os valores da sociedade.

Digna de nota é a falta de apoio ao MST em suas ações. Nos governos petistas anteriores e mesmo antes, suas invasões tinham o apoio de setores importantes da sociedade, em particular de uma certa imprensa que se colocava como porta-voz deste movimento de orientação socialista/comunista. Hoje, suas ações são imediatamente condenadas e não prosperam, levando suas lideranças a negociações internas de verbas e cargos com o governo. Não há mais o apoio social que existiu no passado. Houve, nesses últimos anos, a afirmação do direito de propriedade como um valor a ser defendido. Ideias retrógradas da esquerda não guardam mais aderência.

A sociedade brasileira está mudando, ganha autonomia, mas sua representação política continua agarrada ao passado.